

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA

**“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA FISCALIZAÇÃO DAS EMPREITADAS DE
REQUALIFICAÇÃO DA RUA MARQUÊS DE POMBAL E REORGANIZAÇÃO
DO ESPAÇO PÚBLICO DO BARRIO 1º DE MAIO – 2ª FASE”**

PROCESSO N.º 2019/300.10.005/81

ÍNDICE

PARTE I	3
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Cláusula 1. ^a - Objeto	3
Cláusula 2. ^a - Contrato.....	3
Cláusula 3. ^a – Vigência do Contrato.....	4
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	4
Secção I - Obrigações do Prestador de serviços.....	4
Subsecção I - Disposições Gerais	4
Cláusula 4. ^a - Obrigações principais do prestador de serviços	4
Cláusula 5. ^a - Prazo da prestação dos serviços.....	5
Subsecção II - Dever de sigilo	5
Cláusula 6. ^a - Objeto do dever de sigilo	5
Cláusula 7. ^a – Prazo do dever de sigilo	6
Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines	6
Cláusula 8. ^a - Preço contractual	6
Cláusula 9. ^a - Preço base.....	6
Cláusula 10. ^a - Condições de pagamento	7
Cláusula 11. ^a - Revisão de preços	7
Cláusula 12. ^a – Adiantamentos	7
CAPÍTULO III- PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	7
Cláusula 13. ^a - Força maior	7
Cláusula 14. ^a - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sines	9
CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	9
Cláusula 15. ^a – Caução	9
Cláusula 16. ^a - Foro competente	9
CAPÍTULO V -DISPOSIÇÕES FINAIS	9
Cláusula 17. ^a – Subcontratação e cessão da posição contractual	9
Cláusula 18. ^a - Comunicações e notificações.....	10
Cláusula 19. ^a - Contagem dos prazos	10
Cláusula 20. ^a – Legislação aplicável	10
PARTE II.....	10
Cláusula 21. ^a – Especificações Técnicas.....	10
Cláusula 22. ^a - Atributos da Proposta	11
Cláusula 23. ^a – Transição da prestação objeto do presente contrato	11

PARTE I

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª - Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a Aquisição de serviços para fiscalização das empreitadas de requalificação da Rua Marquês de Pombal e Reorganização do espaço público do Bairro 1º Maio – 2ª fase, nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II do presente Caderno de Encargos.

Nos termos do previsto no art.º 46.º - A do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação – Código dos Contratos Públicos, doravante designado de CCP, será uma aquisição com os seguintes lotes:

- a) Lote 1 - Fiscalização da empreitada de requalificação da Rua Marquês de Pombal, no valor de **€ 40 000,00 (Quarenta mil euros)**
- b) Lote 2 - Fiscalização da empreitada de reorganização do espaço público do Bairro 1º de Maio – 2ª fase, no valor de **€ 33 000,00 (Trinta e três mil euros)**

Cláusula 2.ª - Contrato

- 1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e seus anexos.
- 2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;

- d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação - Código dos Contratos Públicos, doravante designado de CCP, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal, nos casos em que a celebração implique a sua redução a escrito.

Cláusula 3.ª – Vigência do Contrato

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 300 dias, a partir da data da sua assinatura em conformidade com os respetivos termos e condições e disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I - Obrigações do Prestador de serviços

Subsecção I - Disposições Gerais

Cláusula 4.ª - Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços a obrigação de efetuar a prestação de serviços nos termos e nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II do presente Caderno de Encargos;

2. O Prestador de serviços fica ainda obrigado, nomeadamente, a fornecer todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução dos referidos serviços, nos termos do artigo 452.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 5.ª - Prazo da prestação dos serviços

O Prestador de serviços obriga-se a executar os serviços objeto deste caderno de encargos até 300 dias, a partir da data da sua assinatura com todos os elementos referidos nas especificações técnicas previstas na parte II do presente caderno de encargos, e obriga-se a cumprir todos os prazos indicados na sua proposta.

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 6.ª - Objeto do dever de sigilo

1. O Prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Sines, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo Prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.ª – Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines

Cláusula 8.ª - Preço contractual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Sines deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Câmara Municipal de Sines.
3. Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias e seguros são igualmente da conta do prestador de serviços.

Cláusula 9.ª - Preço base

Para a contratação em causa é fixado como preço base o valor de **€ 73 000,00 (Setenta e três mil euros)** acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a Câmara Municipal de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato e funcionando como parâmetro base do preço contratual.

O preço base inclui todos os serviços a prestar no âmbito deste procedimento.

Cláusula 10.ª - Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Câmara Municipal de Sines, nos termos da Cláusula 8.ª, serão pagas no prazo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a realização do serviço, sendo as faturas emitidas de acordo com os serviços prestados.
3. Caso as faturas apresentadas não sejam validadas pela Câmara Municipal de Sines porque desconformes com o contrato, esta comunicará tal decisão ao prestador de serviços, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas serão pagas preferencialmente por transferência bancária, devendo na faturação ser indicado o respetivo IBAN.

Cláusula 11.ª - Revisão de preços

O valor contratual é fixo e não sujeito a revisão de preços.

Cláusula 12.ª – Adiantamentos

No âmbito da presente prestação de serviços não há lugar a adiantamentos.

CAPÍTULO III- PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 13.ª - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que

impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

4. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.ª - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sines

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Câmara Municipal de Sines pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, mediante acordo prévio escrito entre as partes e com uma antecedência de 60 (sessenta) dias.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Prestador de serviços.

CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 15.ª – Caução

Não é exigida a prestação de caução, conforme determinado no n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

Cláusula 16.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO V -DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 17.ª – Subcontratação e cessão da posição contractual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

Cláusula 18.ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 20.ª – Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente caderno de encargos observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação. As partes obrigam-se a aplicar as regras relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento e circulação de dados, previstas no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

PARTE II

Cláusula 21.ª – Especificações Técnicas

O presente caderno de encargos tem como objeto a Aquisição de serviços para fiscalização das empreitadas de requalificação da Rua Marquês de Pombal e Reorganização do espaço público

do Bairro 1º Maio – 2ª fase, conforme Memória Descritiva – Anexo I, Especificações Técnicas - Anexo I ao presente caderno de encargo e que deste é considerado como parte integrante.

Cláusula 22ª - Atributos da Proposta

1 – Nos termos do disposto no art.º 74.º n.º 1 alínea b) do CCP, o concorrente deverá apresentar a sua proposta instruída com o preço total expresso em algarismos e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o extenso, com menção expressa de que ao preço total acresce o IVA, com indicação do respetivo valor e taxa legal aplicável.

2 - Os concorrentes podem apresentar a sua proposta a um lote ou à totalidade dos lotes.

3 - O concorrente deverá apresentar a sua proposta tendo em conta a apresentação dos seguintes atributos:

- Indicação da(s) empreitadas(s) à qual está a apresentar proposta;
- Indicação preço contratual sem inclusão do IVA;
- Indicação do modo objetivo como prestará o serviço.

Cláusula 23.ª – Transição da prestação objeto do presente contrato

Em caso de extinção do contrato, independentemente do motivo que lhe dê origem, o adjudicatário obriga-se a prestar toda a assistência necessária na transição da prestação de serviços objeto do contrato para um terceiro a designar pela Câmara Municipal de Sines, de modo a garantir a continuidade do serviço, com a mínima perturbação e de modo a que a transição ocorra de modo progressivo e ordenado.

CADERNO DE ENCARGOS – ANEXO I

“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA FISCALIZAÇÃO DAS EMPREITADAS DE REQUALIFICAÇÃO DA RUA MARQUÊS DE POMBAL E REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO BARRIO 1º DE MAIO – 2ª FASE”

PROCESSO N.º 2019/300.10.005/81

Especificações Técnicas

Cláusula 1.ª - Especificações do serviço

1 – O contrato de prestação de serviços tem por objeto a prestação de serviços de fiscalização das empreitadas a seguir designadas:

– Os valores da proposta devem ser apresentados separadamente para as duas empreitadas, bem como a faturação deverá ser por empreitada.

Designação da Obra/Empreitada	Tipo de Procedimento	Fiscalização da Obra	Prazo de execução da Empreitada	Prazo de execução para Fiscalização	Data prevista p/ o início dos trabalhos	Valor da empreitada sem IVA
Requalificação da Rua Marquês de Pombal, em Sines	Concurso Público	Sim	240 Dias	300 Dias	Janeiro/Fevereiro de 2019	1.297.036,03€
Reorganização do espaço público do Bairro 1º de Maio, em Sines – 2ª Fase	Concurso Público	Sim	300 Dias	300 Dias	Janeiro/Fevereiro de 2019	772.709,57€

2 - Os serviços de fiscalização têm por objeto a compreensão do processo de empreitada, o acompanhamento e verificação do cumprimento do projeto conforme contrato celebrado entre o empreiteiro e o dono da obra.

3– É da responsabilidade do adjudicatário a verificação do cumprimento do Plano de Segurança e Saúde em obra, de acordo com o Decreto-lei nº 273/2003, de 29 de outubro.

Cláusula 2ª

Processo da empreitada

1 – Os processos relativos às empreitadas a fiscalizar, encontram-se disponíveis na Divisão de Obras Municipais, no Serviço de Empreitadas da Câmara Municipal de Sines, dentro do horário de expediente compreendido entre as 9 e as 17 horas.

2 - Após outorga do contrato, serão fornecidas ao adjudicatário cópias dos processos de empreitada, em formato digital, os quais serão disponibilizados pelo Serviço de Empreitadas da Câmara Municipal de Sines.

Cláusula 3ª

Obrigações gerais do adjudicatário

1 - No âmbito da prestação de serviços, o adjudicatário deverá:

- a) Efetuar deslocações diárias para inspeção de rotina à obra, verificando o cumprimento integral dos projetos aprovados, bem como dos outros elementos de solução da obra;
- b) Não permitir alterações ao projeto de execução, salvo aquelas que forem autorizadas, por escrito, pela entidade adjudicante ou que sejam decorrentes de acontecimentos imprevisíveis;
- c) Garantir que qualquer alteração no decorrer da obra cumpra as regras do Código dos Contratos Públicos e demais legislações aplicáveis;
- d) Controlar e verificar o cumprimento das normas relativas ao livro de obra e rubricar as respetivas páginas;
- e) Assegurar o controlo administrativo, técnico e financeiro da empreitada, com vista a garantir o controlo das medições e faturas, abrangendo:

- Controlo geométrico das diferentes fases das obras para efeitos de controlo de medições;
 - Controlo das quantidades de trabalho executadas mensalmente e a análise e parecer sobre quantidades apresentadas pelo empreiteiro;
 - Informação sobre as reclamações eventualmente apresentadas pelo empreiteiro relativamente aos autos de medição;
 - Medição e controlo dos trabalhos complementares, trabalhos a menos e estimativa dos seus valores orçamentais propondo-os à aprovação do dono da obra;
- f) Assegurar o controlo de qualidade, elaborando relatórios e vistorias sobre o andamento dos trabalhos, de modo a que o empreiteiro proceda às devidas correções dos vícios construtivos que possivelmente sejam detetados, com vista a que a obra desempenhe corretamente as exigências funcionais para o que foi projetada, tendo-se em consideração os parâmetros de qualidade definidos nos projetos e na arte de bem edificar;
- g) Efetuar registos fotográficos digitais, durante as várias fases da obra e apresentar, mensalmente, ao adjudicante fotos da evolução física da obra, em conjunto com o relatório mensal de fiscalização.
- h) Exigir ao empreiteiro o fornecimento dos documentos de homologação, assim como os certificados de qualidade e ensaio, de todos os materiais e equipamentos aplicados em obra, incluindo os que não sejam de uso corrente e tradicional;
- i) Solicitar ao empreiteiro a apresentação dos certificados ou documentos de conformidade das vistorias às redes e respetivas aprovações, emitidas pelas entidades concessionárias das redes de infra-estruturas;
- j) Verificação sobre o cumprimento das regras de segurança e saúde no trabalho, de acordo com o Plano de Segurança e Saúde da Obra e legislação em vigor;
- k) Solicitar do empreiteiro os comprovativos de entrega dos resíduos provenientes da obra em entidade autorizada, entregando-os posteriormente ao dono da obra para

constar no processo da empreitada, assegurando o cumprimento do Plano de Gestão e Resíduos da obra, de acordo com a legislação em vigor;

- l) Apreciar e aprovar as telas finais da empreitada.

Clausula 4ª

Pessoal do Adjudicatário

- 1 – O Adjudicatário é o responsável pelas obrigações relativas ao seu pessoal empregado na execução dos trabalhos de fiscalização em obra, à sua aptidão profissional e à sua disciplina;
- 2 – O adjudicatário obriga-se a praticar um horário de trabalho idêntico ao praticado pelo empreiteiro na execução da obra;
- 3 – O adjudicatário obriga-se a efetuar um seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais do seu pessoal empregue nos serviços de fiscalização em obra, mantendo-o válido até à conclusão da prestação dos serviços.
- 4 – O adjudicatário obriga-se a segurar os meios de transporte que sejam empregues na Fiscalização em obra, bem como todo o pessoal transportado na qualidade de passageiros, alojamento e alimentação, e todos os meios necessários ao cabal desempenho das funções e obrigações da equipa de fiscalização.
- 5– O adjudicatário obriga-se a segurar todos os recursos materiais e equipamentos que sejam empregues no trabalho da fiscalização em obra, bem como meios informáticos, computadores, impressoras, equipamentos de fotografia e vídeo, equipamentos de ensaios adequados às obrigações da equipa de fiscalização, equipamentos de proteção individual, meios de comunicação entre os vários elementos da equipa de fiscalização e os restantes intervenientes, entre outros.

Cláusula 5.ª

Definição de Funções

- 1 - O Adjudicatário assegurará uma equipa de fiscalização em obra com as seguintes funções:

a) Diretor de Fiscalização da Obra

É o responsável pela Gestão e Fiscalização da Empreitada, pertencente aos quadros da empresa e assume as suas funções de acordo com o artº 344º do Código dos Contratos Públicos e artº 16º da Lei nº 31/2009 de 03 de junho. Para afetação à prestação de serviços, deverá permanecer contactável durante o período de duração do contrato. O Diretor de Fiscalização da Obra deverá possuir habilitações de Engenheiro Civil Sénior ou Engenheiro Técnico Civil, com experiência profissional comprovada de acordo com o disposto na Portaria 1379/2009 de 30 de outubro e estar presente em todas as reuniões de obra, com uma afetação de 50% e 25% à empreitada da Requalificação da Rua Marquês de Pombal, em Sines e Reorganização do espaço público do Bairro 1º de Maio, em Sines – 2ª Fase, respetivamente.

b) Adjunto do Diretor de Fiscalização da Obra

Engenheiro Civil ou Engenheiro Técnico Civil ou Técnico Fiscal, com pelo menos 3 anos de experiência na mesma área, de acordo com o disposto na lei 31/2009 de 03 de julho e Portaria 1379/2009 de 30 de outubro.

Deve permanecer em obra e estar contactável durante toda a execução da obra, com uma afetação de 60% e 40% à empreitada da Requalificação da Rua Marquês de Pombal, em Sines e Reorganização do espaço público do Bairro 1º de Maio, em Sines – 2ª Fase, respetivamente.

c) Eng.º Eletrotécnico, com pelo menos 3 anos de experiência na área, de acordo com o disposto na lei 31/2009 de 03 de julho e Portaria 1379/2009 de 30 de outubro.

Com uma afetação mínima de 15% em ambas as empreitadas.

d) Coordenador de Segurança em Obra Com uma afetação mínima de 10% em ambas as empreitadas

e) Equipa de Topografia, para apoio à verificação do cumprimento integral do projeto aprovado.

Cláusula 6.ª

Suspensão dos Trabalhos

No caso de haver suspensão dos trabalhos de execução da empreitada, o prazo da prestação de serviços é automaticamente suspenso (caso não exista indicação em contrário por parte da entidade adjudicante), sendo retomado em simultâneo com a obra.

